

1/10/2018

E se a Mobilidade passasse a ser em Portugal um tema estratégico?

“água mole em pedra dura, tanto dá até que fura”, ou...

“quem vê caras não vê corações”

Ditados populares

Muito se tem falado de mobilidade e transportes públicos em Portugal nos últimos tempos.

Na Assembleia da República estes temas têm estado na ordem do dia, muito “à boleia”, é certo, do tema Carris e a sua passagem para a gestão municipal, mas também, é justo dizer, pelo empenhamento de alguns Grupos Parlamentares em trazer à discussão temas importantes, relacionados sobretudo com os tarifários sociais e incentivos à utilização dos transportes públicos.

Na recente edição do Web Summit que decorreu em Lisboa, no início do mês de novembro, o tema foi profusamente tratado. Bem sei que o foi ao nível naturalmente mais tecnológico, designadamente a propósito dos veículos autónomos, mas foi falado. E teve impacto público.

E na última campanha eleitoral autárquica o tema da mobilidade foi central na maioria dos municípios, designadamente em Lisboa. Nunca se tinha falado tanto de transportes numa campanha eleitoral no Portugal democrático. Afinal o que mudou?

O que aconteceu no nosso país para que tal tivesse acontecido?

Tenho para mim que as alterações legislativas entretanto operadas – a aprovação da Lei 52/2015 e a conseqüente revogação do RTA – porque disruptivas e estruturais, tiveram um papel central na mudança de paradigma e na introdução de uma nova abordagem desta temática por parte dos agentes económicos e das instituições ligadas ao setor. Estamos a falar das novas autoridades de transporte, que, como se sabe, passaram a ser as estruturas municipais, intermunicipais e metropolitanas, que o mesmo é dizer, do poder local autárquico.

Esta dinâmica acabou por criar, estou convencido, uma maior consciencialização dos políticos portugueses da importância e criticidade da mobilidade para a vida dos cidadãos.

A questão que importa responder é se o tema é apenas muito falado, numa lógica de tema do momento ou da moda, ou se podemos entender esta maior exposição pública da temática como um salto qualitativo na forma de pensar e trabalhar a mobilidade, passando a ser um tema estratégico para o nosso país.

Penso que estão a ser criadas as condições para que a médio-longo prazo possamos começar a inscrever a mobilidade e os transportes na agenda estratégica do país.

O processo será naturalmente lento e progressivo. E se assim for, já nos poderemos dar como satisfeitos e felizes.

Até lá teremos de continuar a fazer pedagogia e a destruir mitos: o mito de que os problemas de transportes só existem nos grandes centros urbanos; o mito de que todos os problemas da mobilidade pendular nas áreas metropolitanas só têm solução com o alargamento das redes metro ou ferroviárias; o mito de que a articulação entre modos de transporte e a integração tarifária se fazem “por decreto”; o mito que considera que o problema da velocidade comercial e da fiabilidade do serviço de transporte rodoviário é um problema de gestão dos operadores de transporte e da sua responsabilidade exclusiva; o mito de que o preço do transporte não é uma questão relevante para um sustentável incremento da procura; o mito de que só teremos um sistema de transporte público eficaz, suscetível de operar uma alteração de hábitos na utilização do transporte, se for capaz de resolver na perfeição o problema da mobilidade de todos os utilizadores...
Enfim, um longo caminho a percorrer.

A boa notícia para os portugueses seria a de que a fase que estamos a viver representa já o início da caminhada do tal longo caminho que temos pela frente.

A ver vamos.

por Luís Cabaço Martins

Por:

Fonte: